

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.885 - SP (2018/0190251-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161  
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648  
ARTHUR MOREIRA DELGADO - SP309993  
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872  
LUIZ MORI - SP321121  
ERICA VANESSA MARQUES DOS SANTOS - SP315972  
FABIOLA POLVERINI REICHERT - SP358705  
FABIO GLOEDEN BRUM E OUTRO(S) - SP261003  
**AGRAVADO** : LUIS CARLOS BROIATO  
**ADVOGADOS** : ANA CRISTINA VARGAS CALDEIRA - SP228975  
JULIANA JUSTI ESTEVAM - SP277484

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DAS MATÉRIAS. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SUPOSTA AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA NECESSÁRIA À INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO DO BRASIL SA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim resumido:

*APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - EXECUÇÃO INDIVIDUAL - EXTRATO - Autos instruídos apenas com extrato referente ao mês de março de 1989 - Documento apresentado que não se afigura prova definitiva sobre a existência de saldo na conta*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*poupança na época pertinente, e é apenas suficiente para dar início à demanda - Necessidade de melhor instrução da causa para se comprovar a existência de saldo em janeiro de 1989 - Possibilidade de inversão do ônus da prova - Precedentes do Superior Tribunal de Justiça - Sentença anulada. Recursos provido, com determinação (e-STJ fl. 175).*

Nas razões do especial, o recorrente requereu a suspensão do feito em virtude da afetação do REsp 1.438.263/SP ao rito dos recursos repetitivos.

Além disso, apontou ofensa aos arts. 17, 485, VI, 783, 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil de 2015; 6º, 95, 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor; 333, 914 e 915 do Código de Processo Civil de 1973.

Insurgiu-se quanto à abrangência da sentença coletiva e sustentou a necessidade de haver liquidação de sentença.

Além disso, asseverou não estar presente a verossimilhança necessária à inversão do ônus da prova e ponderou que fornece mensalmente extratos alusivos à movimentação financeira do correntista, motivo pelo qual caberia ao autor comprovar o direito alegado.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 221).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 222/224), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 227/242 (e-STJ).

Sem impugnação (e-STJ fl. 244).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A irresignação não merece prosperar.

# Superior Tribunal de Justiça

Observa-se que a matéria tratada no REsp 1.438.263/SP, indicado pela parte com o fito de obter a suspensão do feito, não foi objeto de debate na presente ação, inexistindo justificativa para o sobrestamento requerido.

Outrossim, em momento algum a Corte de origem emitiu juízo de valor a respeito dos temas relativos à abrangência da sentença coletiva, à necessidade de liquidação de sentença e à ação de prestação de contas, de modo que o apelo carece do requisito essencial do prequestionamento, esbarrando no óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicadas por analogia.

Ademais, para aferir a alegação de que não seria cabível a inversão do ônus da prova, em razão da ausência de verossimilhança das alegações do autor, seria indispensável revolver o conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.

A propósito, confirmam-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDO ANTES DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTENTE. MÉRITO. DIREITO DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DETERMINADA PELO JUIZ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.**

1. Verificado o deferimento do benefício da justiça gratuita pelo Juízo da causa, deve ser reconsiderada a decisão agravada, que julgou deserto o recurso especial da parte.

2. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência manifestamente proibida nesta instância, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada, e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

**(AgInt no AREsp 1223936/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**11/04/2019 - grifo nosso)**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUITAÇÃO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. ÔNUS DA PROVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

*1. Cuida-se, na origem, de ação declaratória de quitação de financiamento imobiliário, c/c pedido de repetição de indébito e compensação por danos morais.*

*2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, é imperativa a rejeição dos embargos de declaração. 3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial (Súmula 211/STJ).*

*4. Conforme a jurisprudência deste Tribunal, a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, cabendo-lhe apreciar a verossimilhança das alegações do consumidor e/ou a sua hipossuficiência, aspectos que, por serem intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório do processo, não podem ser revistos em recurso especial, em razão do que dispõe a Súmula 7/STJ. Precedentes.*

*5. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no REsp 1648948/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 05/12/2018 - grifo nosso)**

Dessarte, não merece guarida a pretensão recursal.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator